



RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA

CADERNOS

DE CULTURA

DEMOCRATISTA

LINHA GERAL
DA NOVA
UNIVERSIDADE

POR

DELFIN SANTOS

LISBOA

1934



LINHA GERAL
DA NOVA
UNIVERSIDADE

DO AUTOR:

Dialéctica Totalista

in «Presença», n.º 39.

Em preparação:

Filosofia e Política.

DELFIN SANTOS

LINHA GERAL
DA NOVA
UNIVERSIDADE

LISBOA



1934

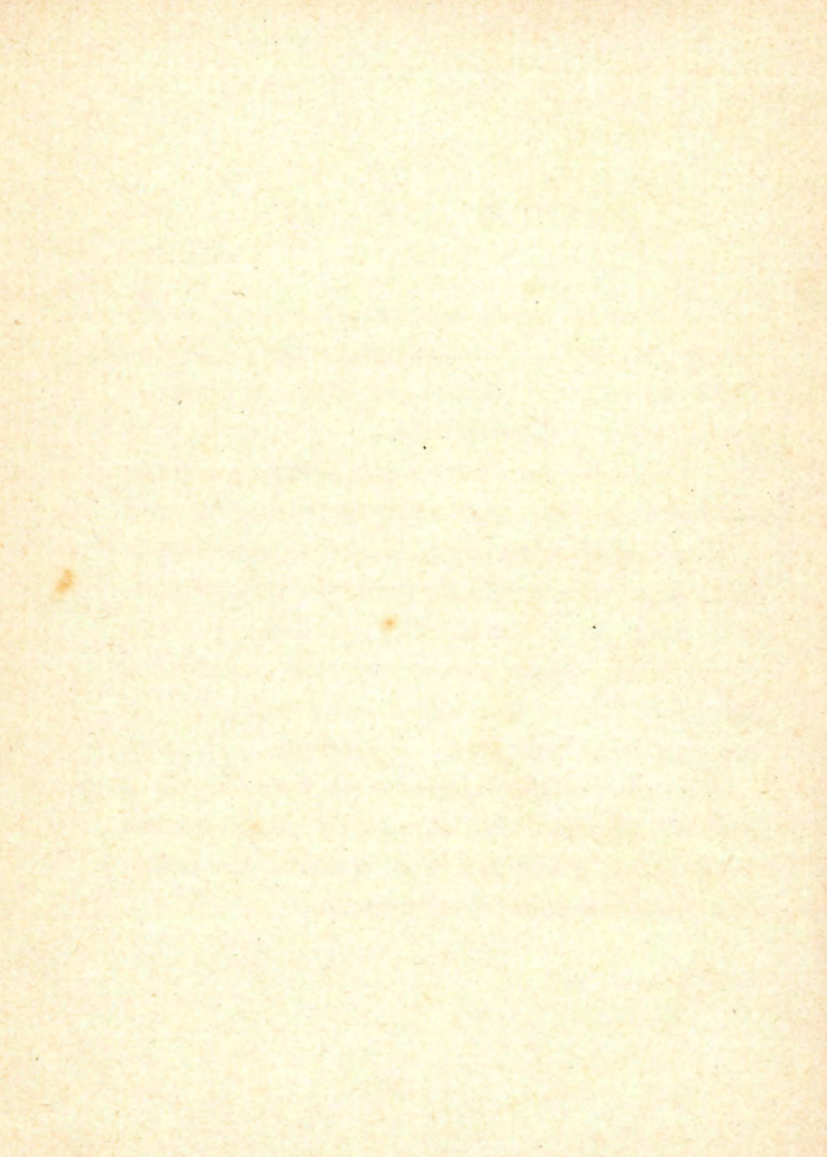
Composto e impresso na Gráfica da Lousan
LOUSAN

NOTA BREVE

O folheto agora apresentado ao público é o arranjo de três artigos, publicados em Março de 1933, na «Voz da Justiça», em resposta a um inquérito sobre a Universidade.

O assunto foi depois muito discutido sem, da discussão, ter surgido qualquer melhoramento para a vida universitária nacional. Lamentamo-lo e continuamos preferindo a solução por nós apresentada antes da polémica entre catedráticos e não catedráticos. Motivos muito especiais impediram a sua publicação há mais tempo, como fôra destinado pelos editores. Hoje, ao escrevermos esta nota, sentimo-nos bastante afastados da hora em que o trabalho foi feito. Há nêle, porém, qualquer coisa que continua a interessar-nos: a defesa dum ensino com finalidade cultural e humanista.

Lisboa, Março, 1934



Une Université doit être à l'ensemble des connaissances humaines ce qu'est l'esprit humain aux sciences qu'il a créées, à savoir un principe de coordination et d'unité.

Hannequin

A instituição medieval que ainda hoje conservamos com o nome de Universidade tinha por missão orientar a vida e a cultura de certas classes.

Desde então, toda a acção social e política tendeu a fazer desaparecer os privilégios dessas classes ou, quando o não conseguiu, a fazer transferência dêsses privilégios, com novo valor e significado, para outras, criadas de acôrdo com a nova orgânica social. A' maior parte das instituições sucedeu o mesmo: ou desapareceram ou transferiram o seu significado. Tal não sucedeu à Universidade.

Porque êsse significado institucional era imutável? Não. Apenas porque a Universidade se colocou à margem da evolução ideológica e na

defesa calculada da estática social e dos interesses particulares das classes agora despojadas dos privilégios tradicionais. E', pois, lícito afirmar que o espírito do ensino universitário não está em correspondência com a vida e a cultura do nosso tempo, e que a futura Universidade deverá, para o conseguir, procurar novos fundamentos ideológicos e sociológicos.

Outra prova de que a velha Universidade perdeu totalmente o seu significado e valor consiste na inversão de funções nela operada: longe de ser um activo e persistente foco dinamizador do espírito e da vida cultural, é apenas um organismo passivo e receptador da cultura extra-universitária que a modela naquilo que ainda lhe resta de suficientemente plástico para admitir tal influência. Ora, se a função vitalizadora da cultura passou do domínio universitário para o extra-universitário, se essa função já não pertence, como de direito e de facto deveria pertencer, à Universidade, inútil é a sua existência. A função de conservação a que, por senilidade, se dedicou, não pode justificar a sua existência num período de vida como o dos

nossos dias. Hoje, compreende-se o pouquíssimo valor do estatismo social em qualquer dos seus aspectos ou instituições...

*

* *

A Universidade, como a Academia que lhe succedeu para acamaradar no mesmo plano de inutilidade, é um albergue de homens sem vida e sem curiosidades pela vida, sem culpa nenhuma da sua incompreensão do tempo actual. A culpa é toda nossa. Primeiro, porque os deixamos lá estar; segundo, porque lhes demos a certeza de respeitarmos a velhice.

Todavia, nada há, como neste caso, menos digno de respeito e mais digno de piedade: respeito pela velhice é qualquer coisa que, no nosso tempo, tende a tornar-se incompreensível. Êste respeito fê-los supor que admirávamos as suas capacidades. Precisamos de lhes mostrar o engano em que incorreram. Respeitamos as capacidades, as possibilidades e o valor nos novos e nos velhos; não po-

demos respeitar carência e vacuidade, quer nuns, quer noutros. Mas, só por si, a velhice não é mais respeitável do que a infância ou a adolescência. Respeita-se a velhice pela sua experiência. Mas a experiência dos anteriores não nos pode interessar. Só nos interessa a nossa própria experiência; só ela poderá ter valor, porque é feita nestas condições especiais: por nós e no nosso tempo. A dêles foi feita no tempo dêles e só para êles serviu, enquanto o seu tempo se não modificou. Depois, nem a sua experiência serviu. É para o novo, e não para o velho, que nos teremos de voltar. O velho adaptou-se, minorizou-se, idealizou realidades, subordinando-se a elas interessadamente; o novo procura adaptar a si o mundo circundante e realizar ideais de vida nova. (Chamamos velho e novo a duas orientações na vida, independentes da idade civil...) No entanto, repetimos, êles não têm culpa. Prepararam um saber eruditíssimo para o seu tempo e, com essa preparação intensa, impediram qualquer possibilidade de adaptação a outro qualquer tempo. Não têm culpa da volubilidade da vida. Firmes, eles lá estão, imutáveis e sublimes, nos seus museus.

Não é isso para elles a suprema virtude? Nem sequer notaram que a única attitude era desistir ou mudar. Não repararam nas outras classes sociais a que succedeu o mesmo; não repararam que houve homens obrigados a abandonar a respectiva profissão, inutilizada pelos tempos. Exemplo: os cocheiros. Ora, pelo mesmo motivo que a sociedade actual não admite cocheiros, não poderá também admitir professores universitários feitos no tempo dos cocheiros. Pelo menos, isto é lógico.

Como resolver então a situação destes homens sem emprego, porque este desapareceu como elles o tinham encontrado? Ou fazê-los mudar de profissão, como aos cocheiros; ou fazê-los passar a viver dos rendimentos; ou resolver legal e humanitariamente a situação dos que não têm rendimentos; ou esperar que façam setenta annos. Esta ultima tem sido, para muitos, a solução preferida; mas é, de todas, aquella que menos solução é. Se nós respeitarmos, como inviolável, o decreto que legaliza a decrepitude universitária, nunca mais resolveremos este problema. As funções docentes não dependem da idade civil que, por isso, não deve

ser fixa e a mesma para todos. Precisamos de despejar as universidades, pois a acção do catedrático não termina com o limite de idade: continua indefinidamente. Os novos que ingressam na carreira universitária são seleccionados pelos seus antigos professores e, é bem de ver, apenas serão escolhidos aqueles que manifestarem concordância com as suas ideias ou falta de ideias, e lhes admistrem os *métodos* de ensino. Assim, não haverá possibilidade de jamais renovar o espírito do ensino universitário, enquanto os velhos professores escolherem os novos, tendo em conta, como quasi sempre succede, aquilo que elles manifestam de semelhante e, portanto, de velho. Há excepções, certamente. Há alguns catedráticos competentes, concordamos. Mas o seu exíguo número e a experiência do problema universitário português nos últimos vinte anos levam-nos a admitir, como única e proveitosa, a solução radical, ainda que dos competentes se fizesse uma justa reintegração.

Um parêntese: quando nos referimos ao ensino universitário, entendemos o ensino chamado de Letras e Ciências e as faculdades assim denominadas. As outras faculdades (medicina, direito, engenharia) e as escolas superiores de agronomia, farmácia, comércio, belas artes, música, colonial e veterinária não devem pertencer à Universidade, e não aparecem, pois, no problema universitário. São escolas técnicas, especializadas na aplicação de conhecimentos, estreitamente profissionais, levantando a sua organização problemas derivados, mas diferentes do universitário.

Não se suponha, porém, que depreciamos o ensino técnico — só o contrário é verdade. Pretendemos distinguir o que no actual plano universitário é confuso e equívoco. A técnica é um domínio de aplicação da cultura e, só por ela, esta se pode renovar e aprofundar. Por isso mesmo, há uma distinção. Porque tal não tem sido feita, está sofrendo conseqüências funestas a nossa civilização. O ensino técnico ou profissional não é superior

nem inferior ao universitário: é diferente. No esboço de plano universitário que vamos apresentar, os dois ensinos aparecem como ramos convergentes, cujos pontos de encontro são os Institutos de cultura e investigação, anexos indispensáveis de cada faculdade.

Não se suponha, também, que o ensino técnico está melhor organizado do que o universitário, ou os seus professores mais à altura da sua missão: sobre este aspecto tanto valem umas escolas como outras. Além disso, urge um plano de coordenação e sistematização do nosso caótico ensino profissional ou técnico e preparatório. E' mesmo, dentre os problemas do nosso ensino, o mais urgente e o que mais necessita duma impiedosa remodelação.

*

* *

Conhecemos muitos factos denunciantes da crise universitária; mas, sobretudo, conhecemos alguns professores que, melhor do que os factos, exprimem a decadência e o ridículo da nossa Universidade.

Valerá a pena enunciá-los?

Todos nós os conhecemos. As nossas três universidades estão recheadas de homens sem pro-bidade intelectual, sem carácter e sem a menor ca-pacidade para o trabalho remunerado pelo Esta-do e exigido pela sociedade. Dizer que temos professores plagiários e ignorantes — é dizer uma verdade sem novidade nenhuma. Dizer que, em cada faculdade universitária, há meia dúzia de pro-fessores que possuem as virtudes raras da seriedade e da contemporaneidade é ser excessivamente generoso.

Citaremos um facto bastante expressivo e bastante recente para justificar as nossas palavras. Não se trata dum caso individual. E' um facto colectivo que responsabiliza tôda uma universidade. Mas, sob êste aspecto, qualquer uma delas é su-perior às outras duas...

A oração de sapiência, em 1932-33, na Uni-versidade do Pôrto, foi proferida por um professor de química-física do seu quadro burocrático. Êsse senhor escolheu para título da oração, agora publi-cada em livro, «Apologia da Ciência», e, para

sub-título: «A resolução dos problemas metafísicos».

Ninguém ignora a importância extraordinária, no mundo actual, da química-física e das implicações metafísicas nela contidas, reveladas principalmente por Heisenberg, Planck, Einstein, Bohr e Broglie. De esperar seria, certamente, uma exposição da nova física e das suas conseqüências metafísicas. Trabalho relativamente fácil, porque já em parte feito, mas interessante e próprio para uma oração de sapiência. O ilustre representante do espírito universitário não se limitou a tam pouco. Uma oração de sapiência precisava de qualquer coisa de novo, de inédito, de nunca dito nem ouvido. Isto levou o autor da apologia a produzir abundantemente as mais extraordinárias e assombrosas afirmações. Não há uma só página dêste trabalho que não tenha um dislate notável, que não revele incompreensão do que escreve, e que não indique impossibilidade de ordenar, com lógica e clareza, duas ideas dos outros. São quarenta e seis admiráveis páginas para uma antologia a juntar ao processo da universidade velha.

O fio condutor do seu trabalho é "falar dos triunfos que a ciência alcançou na resolução dos problemas chamados metafísicos, fornecendo à humanidade uma soma enorme de comodidades ou facilidades imprevistas e de esperanças sem limite". (pag. 11). Os problemas metafísicos, para o autor, são três: da ontologia, da psicologia e da moral; sendo a ontologia o problema da *sensibilidade*, a psicologia o problema da *razão*, e a moral o problema da *vontade*, quando subjectivamente considerados (pag. 12). Como se vê, um desconhecimento absoluto do significado das palavras e uma igual ignorância das realidades a que se aplicam. Ora todos êstes problemas e o do livre arbítrio foram solucionados pela ciência que, "sobretudo as físico-químicas, auxiliadas pelas matemáticas, *tocam com o dedo*—(o sublinhado é nosso)—os problemas mais elevados da metafísica" (pag. 41).

Todas as inquietações, portanto, terminaram. A ciência, para o autor, tocou com o dedo o problema de Deus e êle desapareceu; as comodidades materiais deram fim à angústia humana. Nada de pessimismo, porque isso é "uma mistura de igno-

rância e cepticismo". O autor, cheio de emoção, descreve-nos como se operou e opera essa libertação: "do caminho de ferro ao automóvel e dêste ao navio, ao dirigível e ao aeroplano, o homem acaba de se libertar neste momento da matéria *condensada*, elevando-se e pairando acima das núvens, na realidade, e não apenas na imaginação dos poetas, assim também vós acabais de assistir à libertação do pensamento dos fios ainda quentes das mãos dos operários electricistas, para transpor livremente os espaços na vaga irresistível da ondulação hertziana (pag. 42). O problema social é também de fácil solução: "o progresso e a harmonia social exigem que cada actividade se exerça no lugar próprio: a política no centro político, a religiosa no templo, e a científica na escola. Dentro dêste princípio de disciplina e mútuo respeito, todos nos podemos entender *em toda a parte* (pag. 10-11)...

O resumo histórico, feito em quinze páginas do seu trabalho, resultou, segundo própria declaração (pag 11), da leitura de dois livros: a *História da Civilização*, de Ch. Seignobos, livro elemen-

tar, adoptado nos liceus franceses; e a *História da Filosofia Europeia* de Alfredo Weber, livro elementar, com valor histórico, mas antiquado e sem valor de interpretação para a filosofia antiga. Publicado em 1871, não será preciso mais dizer à cerca da sua actualidade.

Foi com dois livros, pois, um liceal e outro com sessenta e um anos de existência, que o autor preparou todas as novidades da parte filosófica da sua apologia. Por infelicidade, porém, não os soube ler e, principalmente do último, nada entendeu do que lá está escrito. Deturpou tudo, confundiu tudo. Na interpretação da história da filosofia nada está certo, exceptuando o que traduziu para mau português.

Se êste professor, representante consentido de todos os outros da mesma universidade, revelou tais capacidades na realização dum trabalho público e de responsabilidade, ¿que fará nas suas aulas de química-física, naturalmente consideradas por êle de menor responsabilidade social e com auditório menos acordado?

Pretendemos com êste exemplo citar um facto

idêntico a tantos outros, dum professor universitário, idêntico a quasi todos os outros, perfeitamente denunciante da agonia do nosso ensino superior.

*

*

*

A extinção da Universidade, só por si, valorizará imenso a nossa cultura; desaparecerá assim um valor negativo que inferioriza grandemente os possíveis valores positivos da cultura nacional. Qualquer outra solução nos parece incapaz de consequências proveitosas. As reformas não conseguirão nada. A criação ou extinção de cadeiras de nada valerá. Nomear um ou dois professores novos para trabalhar junto dos antigos é contraproducente. Formar-se-ão correntes de opinião e fácil é prever quem dominará. Os novos e os velhos não se poderão entender. E quando os novos se entendem com os velhos, duvidemos. Não temamos a falta de competências; a competência é uma função

da cultura e, renovada esta, aparecerá aquela. Os novos poderão, dentro dos seus interesses, superar muito facilmente todas as glórias nacionais existentes. O que elas têm de insuperável pelos novos é precisamente o que lhes não interessa nada superar: eruditismo, academismo, catedratismo, arqueologismo, positivismo, filologismo, burguezismo, clericalismo ou anti-clericalismo... O problema é de espírito novo e não é com formalismos de ordem administrativa e externa que se resolve; portanto, primeiro, extinção. Daí não adviria mal a ninguém: os competentes voltariam a ocupar os seus lugares e os incompetentes procurariam uma melhor situação, de acôrdo com as suas possibilidades. Depois, organização da nova Universidade.

Esta não terá por fim fornecer a uma classe instrumentos de domínio sôbre as outras. Terá como finalidade ser um órgão propulsor de cultura e acção social, tendente a melhorar, sôbre todos os aspectos, a vida nacional. Não à margem da vida, mas dentro da vida; não uma sociedade fechada, mas uma sociedade aberta a todas as influências, a todas as teorias e a todos os problemas,

sem quaisquer limites traçados pelos diplomas jurídicos ou pela pressão social.

Não é, porém, uma universidade neutra perante todas as influências a instituição que pretendemos. Não acreditamos na neutralidade dum ser vivo. Viver é tomar posição e aderir ao que mais importa. A Universidade terá de ser um organismo vivo e, portanto, dirigido intencionalmente para uma finalidade humanista. O professor, também, não poderá ser neutro perante as soluções propostas a uma sociedade, como nenhum homem que pense com o seu próprio pensamento. E só destes homens deve haver na futura universidade.

*

* *

Pretendemos, nas linhas que vão seguir-se, traçar um plano, mais ou menos aproximado, da instituição a que desejaríamos dar o nome de Universidade.

Surgem para nós dificuldades. Não temos

um plano de reforma da mentalidade e bem sabemos, para desgraça nossa, que a mentalidade alheia se não reforma com planos. Consegue-se com a acção de mentalidades renovadas, mas acção que não deverá ter por fim a reforma da mentalidade de outrem. Não se trata de modelar os outros segundo um tipo mais ou menos abstrato, *em série*, como vulgarmente se diz. Orientação e não modelação.

Partiremos da crítica a alguns defeitos do ensino da velha universidade para melhor compreensão do sentido a dar à nova. Apreciaremos primeiramente o ensino ministrado nas faculdades de ciências e a seguir o ensino ministrado nas faculdades de letras, fazendo ressaltar da nossa crítica, e por oposição ao existente, a linha geral que proporíamos para a reorganização dessas escolas. Demorar-nos-emos a traçar, com certa minúcia, o plano especial da Faculdade de Filosofia, escola que, para quem tiver cultura actualizada e perfeita intuição da vida espiritual, deverá ser a alma da Universidade.

O principal defeito no ensino superior de ciências consiste na especialização excessiva e na falta de correlação com o saber total ou cultura. Ensina-se matemática, ensina-se física, ensina-se química e ciências naturais sem relação de qualquer espécie com os problemas da cultura e sem procurar integrar êstes diferentes aspectos do saber. Isto é, segue-se, em qualquer destas especialidades, um tratado com limites fixados para as respectivas ciências; respeitam-se absolutamente êsses limites e repetem-se de memória os resultados alcançados pela ciência, sem a menor curiosidade pelo *élan* dinamizador que conseguiu êsses resultados e que, em si, traz vitalidade suficiente para ir além. A ciência para quâsi todos os mestres da Universidade velha é estática; é um conjunto de resultados ou de fórmulas e, muitas vezes, um conjunto de palavras imutáveis em si e na sua sintaxe a repetir mecanicamente, sem outra preocupação que não seja bem repetir. Mas a ciência não está nos livros; ou só está nos livros a parte da ciência que já

morreu. A ciência é acção pensante; é função de criação e renovação no mundo intelectual; é sempre resposta a inquietações sérias e profundas e, por sua vez, fonte de novas inquietações; manifesta-se progressivamente como produto de reflexão sobre a experiência; é incessante procura dum acôrdo entre o homem e o universo e entre o homem e os outros homens. E', pois, criação, vida, movimento. Só um método marcando acôrdo com êste dinamismo poderia desenvolver a actividade científica, tendo em vista que os resultados práticos da ciência não são a própria ciência, como os actos da vida não são a própria vida. Estes actos foram motivados pela vida; mas a vida, que os supera, poderá renová-los, corrigí-los, ampliá-los, dar-lhes novo sentido e nova significação. Assim a ciência e os factos científicos.

Todo o ensino das ciências na faculdade respectiva deverá, por conseguinte, ser orientado segundo o método genético ou epistemológico. A ciência, enquanto problemática, é filosofia; as ciências, quando sistematizadas, são o caminhar dirigido pela reflexão filosófica ao longo da natureza.

Não se compreende que alguém saiba matemática, desconhecendo os problemas fundamentais que a originaram e a especulação filosófica que a orientou. Não se compreende o ensino da física ou da química sem uma concepção geral do Universo e sem o conhecimento da especulação filosófica àcerca da estrutura íntima da matéria. Ainda há pouco, certo professor de física, falando àcerca da relatividade e dos princípios da ciência moderna, confessava estranhar as dúvidas que alguns físicos, como Heisenberg, tinham da causalidade. Estas dúvidas, aceites agora por êle, nunca poderiam ter originalmente surgido ao seu espírito porque, para êle, o princípio da causalidade não admitia dúvidas, pelo menos no macrofísico. Defeito dum ensino que pôs fora da ciência os princípios que a orientam.

Da biologia poder-se-ia dizer o mesmo. Para os respectivos professores, a biologia é uma ciência fechada, sem relações com a vida universal. Quando muito, procuram relações com a física e com a química, subordinando assim o estudo do vital aos métodos apropriados para o estudo da matéria inerte. A importância da especulação filosófica da

biologia é por êles desconhecida e poucos saberão situar os seus problemas na cultura contemporânea. Não poderão entender os filósofos, que nunca ninguém lhes ensinou a ler, e, portanto, os biólogos que, como Cuénot, Vialleton e Driesch, compreenderam ser impossível a biologia sem uma concepção geral da vida. Por êstes exemplos se pode ver quanto certos métodos de ensino impossibilitam a verdadeira compreensão da realidade a estudar. Muitas vezes acusam-se os laboratórios e a falta de aparelhos; é para muitos bôa desculpa, mas é falsa. O problema é de método e não de instrumentos laboratoriais. Não diremos que os nossos laboratórios universitários são completos; mas diremos, convencidamente, que com êles se poderia e poderá fazer muito mais.

A história das ciências, a epistemologia e metodologia especial de cada ciência deverão orientar o ensino na respectiva faculdade; sem isto tudo continuará na mesma, ainda que se renovem os programas e se enriqueçam os laboratórios. A criação da cultura científica portuguesa e a renovação, nesta parte, da cultura universitária depende

do estudo da filosofia das ciências ou epistemologia. Poderão estas palavras parecer demasiado optimistas. Não o julgamos. Recordemos qualquer dos poucos homens que em Portugal desenvolveram as ciências ou qualquer dos muitos que no estrangeiro criaram ciência e fizeram descobertas; concluiremos que todos êles tinham o conhecimento aprofundado da história e da filosofia dos seus problemas científicos. Certamente, não basta o conhecimento da história das ciências e da epistemologia para criar ciência. Mas nunca, quando essa criação é possível, se poderá fazer sem o conhecimento orientador da epistemologia. A ciência ensinada até hoje nas nossas velhas universidades — (fazemos, é claro, excepções) — é demasiadamente técnica, de aplicação prática imediata e poderia, sob êste aspecto, continuar a ser ensinada nos institutos especiais técnicos e nas escolas de engenharia, então distintas da universidade, em virtude das suas respectivas finalidades nada terem de comum. Para qualquer das carreiras técnicas exigir-se-ia a frequência preliminar na Universidade da cadeira de filosofia e história da ciência que mais afim fôsse

com o curso técnico escolhido. Abolição do F. Q. N. e dos preparatórios de engenharia a ministrar nas respectivas escolas, etc.

*

*

*

O mal de que sofre o ensino das ciências é precisamente contrário ao mal sofrido pelo ensino de certos ramos de letras. Nestes, como em ciências, não se estudam os problemas, isto é, não se revivem os problemas em todo o significado da sua existência e valor: bordejam-se teorias, fixam-se nomes e, quando muito, leem-se tratados. As fontes originais desprezam-se, o culto pelo trabalho pessoal não existe. No curso de filosofia estuda-se a história e não os problemas que a constituem. O mesmo em todos os outros cursos: as literaturas, por exemplo, são todas estudadas sob o ponto de vista histórico. Aqui tomou demasiada importância o que, embora importante, não pode ter a primazia: a história. Porisso nas velhas faculdades de letras dominam dois vícios perniciosos e aniqui-

ladores: o filologismo e o historicismo (1). E nelas, como nas faculdades de ciências, carência de reflexão filosófica sobre o que mais importa: o sentido da cultura e o seu valor de influência social. Em ambas desconhecimento dos problemas. Numa, a história desvitalizada desses problemas; noutra, a última solução prática, que, às vezes, não é a última. Muito se tem dito a propósito da reforma da Faculdade de Letras. As páginas da «Seara Nova» e da «Nação Portuguesa» contêm boas sugestões para a remodelação do ensino das filologias (2).

*

*

*

Expostos os males mais flagrantes que enfermam o nosso ensino, sintetizemos um esboço de

(1) Historicismo é, para nós, o uso e abuso duma perspectiva arqueológica. Não implica desvalorização da história, como actividade auxiliar e elementar da cultura.

(2) Agostinho da Silva — *A filologia clássica nas Universidades* — «Seara Nova», n.º 154, de 28 de Março de 1929; R. de Sá Nogueira — *Questões de ensino* — «Nação Portuguesa», n.º 6, tomo I, série V, de 6 de Dezembro de 1928.

plano para a nova Universidade, a corrigir ou a desprezar. Nada têm de definitivo as notas que vão seguir-se; pretendem apenas acentuar discor-
dância com a Universidade velha.

A nova Universidade dividir-se-ia em três
secções ou faculdades:

- 1.^a faculdade — Filosofia;
- 2.^a faculdade — Ciências;
- 3.^a faculdade — Letras.

A primeira faculdade seria constituída por
quatro grupos ou licenciaturas:

- a) filosofia;
- b) pedagogia;
- c) política e economia;
- d) história.

A segunda faculdade seria constituída pelos
grupos:

- a) ciências matemáticas;
- b) ciências físico-químicas;
- c) ciências biológicas;
- d) ciências geológicas.

A terceira faculdade seria constituída também por quatro grupos (1):

- a) cultura clássica;
- b) cultura românica;
- c) cultura germânica;
- d) cultura portuguesa.

A Faculdade de Filosofia, a mais importante para a índole dêste trabalho, teria assim constituídos os seus grupos:

(1) Substituímos *filologia* por *cultura*. Queremos com isto significar que êstes estudos deverão perder o seu aspecto filológico ou excessivamente gramatical que sempre tiveram entre nós. Em compensação, com a palavra *cultura* queremos significar que o estudo deve abranger todos os aspectos da vida dos povos a que se refere. Não esquecemos quanto pode ser criticável esta substituição. Haverá culturas especializadas? Não será a negação do que, em geral, queremos significar com êste termo? Não será igualmente ilógico o emprego de cultura artística, cultura filosófica, ou cultura científica? Sempre que especializamos a cultura negamo-la. A cultura é sempre cultura do espírito no seu aspecto integral. Os alemães têm a palavra *Ausbildung* que exprime o que pretendemos dizer com esta substituição.

1.º Grupo — **Filosofia** (Constituído por cadeiras da licenciatura em filosofia e pelas cadeiras comuns a várias licenciaturas):

Epistemologia;
Matemáticas gerais;
Teoria da experiência física e química;
Biologia;
Sociologia;
Psicologia;
Estética;
Ética;
Política;
Metafísica;
Hierologia;
Teoria do conhecimento;
Teoria do discurso (lógica e gramática);
História geral da filosofia (1);
Filosofia hindu;
Filosofia helénica;
Filosofia cristã;

(1) Única cadeira de «história» da filosofia. A perspectiva cronológica não é a mais fecunda para o estudo dos grandes pensadores e das grandes correntes de pensamento.

Filosofia árabe;
Filosofia moderna (da Renascença a Kant);
Filosofia contemporânea.

2.º Grupo — **Pedagogia** (Ensino teórico para os candidatos a professores de todos os graus de ensino):

Filosofia da educação;
Pedologia;
Pedagogia;
Didáctica;
História da cultura;
História da pedagogia;
Biologia aplicada à educação;
Psicologia escolar;
Higiene escolar;
Metodologias especiais.

3.º Grupo — **Política e Economia.**

Matemáticas superiores;
Matemáticas financeiras;
Economia;
História da economia;

Geografia económica;
Direito civil;
Direito político e administrativo;
Direito internacional público e privado;
Estatística;
Finanças;
História política e diplomática;
Técnica industrial;
Política.

4.º Grupo — **História.**

Filosofia da história;
Sociologia;
História política;
História da antiguidade;
História da idade cristã;
História da idade burguesa;
História das ideias e instituições democráticas;
História de Portugal;
Propedêutica histórica;
Paleografia e diplomática;
Numismática e esfragística;
Epigrafia;
Curso prático de investigação histórica.

A Faculdade de Filosofia ficaria, pouco mais ou menos, assim constituída. O grupo "política e economia" reduziria à unidade os cursos múltiplos e sem conexão professados, até agora, nos institutos superiores de comércio ou Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras. Os cursos de administração comercial e aduaneiro, professados nestas últimas escolas, seriam transferidos para as escolas médias profissionais, pelo seu inconfundível carácter técnico. Evitar-se-ia assim um ensino de generalidades com o nome de superior e criar-se-ia o ensino superior e bem orientado do que, até hoje, entre nós, tem sido insuficientemente valorizado.

Demorámo-nos no esboço da constituição da Faculdade de Filosofia por ser esta, para nós, a mais importante na futura Universidade. Dada a sua composição e a sua possível acção política e social, característica do novo organismo universitário, não precisamos de justificar a opinião acima exposta. Seria o núcleo propulsor da Alta Cultura e o centro coordenador de toda a acção especulativa e técnica. Nela, todos os licenciados em

ciências ou letras, que pretendessem o magistério médio ou liceal e superior, seriam obrigados a estagiar em filosofia e pedagogia. Escolher-se-iam os candidatos mais competentes para o ensino oficial. O estágio para os seleccionados deveria ser remunerado para permitir uma melhor preparação docente. O magistério primário, preparatório e profissional exigiria igualmente um estágio especial na Faculdade de Filosofia, cuja missão, em parte, seria idêntica à das Escolas Normais Superiores francesas. O magistério oficial,—em todos os seus graus,—sendo um serviço público e para bem da Nação, deveria ter as mesmas facilidades que hoje têm outras profissões consideradas de utilidade pública. Referimo-nos ao Exército e à Marinha que possuem escolas especiais para preparação dos seus orientadores, em condições por nós defendidas para a preparação dos candidatos ao magistério oficial.—(As rubricas propostas para cadeiras nada têm de definitivo. São orientação de estudos e nada mais. As disciplinas deverão subordinar-se aos interesses espirituais dos professores e não êstes às cadeiras que, por vezes, podem não ter para êles interesse algum).

Nas faculdades de Ciências reunir-se-iam as ciências geológicas com as geográficas e o ensino seria feito em todos os grupos com interêsse formativo e não apenas informativo, como já deixamos dito. Criar-se-iam novas cadeiras; extinguir-se-iam muitas das que actualmente existem e acentuar-se-ia a orientação filosófica, correspondente a cada domínio do saber científico.

Nas faculdades de Letras o ensino perderia o carácter puramente filológico e acentuaria o essencial: a cultura dos povos clássicos, românicos e germânicos em todos os seus aspectos. Desapareceria a licenciatura em ciências históricas e geográficas, associação superficialmente feita pelo legislador. Porque a história dum determinado povo se desenrolou num determinado país não nos parece ser necessário, para melhor compreensão dessa história, o conhecimento da natureza geológica e mineralógica da região. Geografia económica, política e social, ou todos os aspectos da geografia humana, passariam para o grupo — história — da primeira Faculdade; as geografias física, matemática, etc., passariam para o grupo — ciências

geológicas — da segunda faculdade, onde êste estudo está indicado pela sua grande importância na interpretação dos fenómenos geológicos.

No grupo de cultura portuguesa, especialização derivada da filologia românica, estudar-se-ia a nossa literatura, a arte e todos os outros aspectos da nossa evolução histórica, como história dos descobrimentos, da colonização, etc.. Todas as manifestações da nossa tendência para a filologia e arqueologia seriam assim bem ariunadas num curso que desenvolveria todas as investigações respeitantes ao país.

*

*

*

Haveria, junto de cada Faculdade, institutos de investigação, onde os alunos provindos dos cursos técnicos que quisessem aprofundar culturalmente a sua especialidade estagiariam com os universitários em trabalho livre e de afirmação de valor pessoal. A êstes institutos caberia a mais alta missão: a coordenação da técnica com a cultu-

ra. Seriam a ponte intermediária entre a escola técnica profissional e a especulação pura. Os institutos jurídicos, de biologia, de histologia, de anatomia, de engenharia, etc., etc., admitiriam os alunos com maior capacidade para o trabalho de investigação original e concederiam a êstes os mesmos títulos universitários, depois da publicação de trabalhos previamente discutidos.

Os professores da nova Universidade, preparados nos centros especializados do estrangeiro e seleccionados pelo valor dos trabalhos publicados,—e não pelas notas brilhantes dos seus cursos,—seriam encarregados, após a nomeação como auxiliares, de conferências públicas bi-mestrais nos institutos de investigação, formados junto das faculdades, e de conferências de divulgação e propaganda cultural junto do grande público. Só depois de dez anos como professores, sob êste regime, e tendo, pelo menos, três obras publicadas em que revelassem competência e outras qualidades inerentes à sua função docente, poderiam ser nomeados catedráticos. Nesta nomeação tomariam parte os alunos e antigos alunos. Con-

vêm dizer que então os alunos teriam personalidade universitária, isto é, a Universidade seria dos alunos e para os alunos e não, como agora, dos professores e para os professores. (Ortega y Gasset). A nomeação do reitor, cargo de confiança dos alunos, seria ratificada por êstes, igualmente. Para nenhum dos cargos universitários contaria a antiguidade, privilégio a pôr completamente de parte na nova organização. Ao lado do reitor haveria um representante dos alunos com a missão especial de criar relações imediatas entre professores e estudantes na resolução de problemas administrativos e de orgânica interna. A representação nos Conselhos—(a regulamentar como tantíssimas outras coisas que não abordamos aqui)—seria em maior escala e feita por grupos. Haveria assim um maior número de estudantes junto dos professores, fazendo parte dos Conselhos e desejosos de realizar ideais pedagógicos e elevar o nível intelectual e a acção social da Universidade e dos respectivos institutos, privativos de cada faculdade. Não será preciso dizer que a remuneração dos professores universitários deveria estar de acôrdo

com as novas exigências e que, qualquer outra profissão ou outro grau de ensino, seriam absolutamente incompatíveis com o magistério superior. Não esqueçamos, no entanto, que o vencimento dos professores nada tem que ver com o importe das matrículas dos alunos. Defendemos o ensino absolutamente gratuito em todos os seus graus. A instrução é o serviço público mais importante. Ninguém admite que os candidatos aos serviços públicos do exército e da marinha paguem aos seus instrutores. Isso seria absurdo. Porisso não admitimos também o outro absurdo: o pagamento da preparação docente por aquele que vai dedicar-se ao ensino oficial. Não terá até o professor uma missão muito mais importante do que o marinhaeiro ou o militar? Ao bom aluno pobre não basta a isenção de propinas para continuar a ser aluno e a desenvolver as suas possibilidades; necessitará de bolsas de estudo como prémio da sua aplicação e capacidade.

*

*

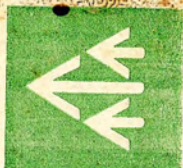
*

Eis uma solução para o nosso problema universitário. Não é a única dentro do critério humanista, nem é talvez a melhor. E', porém, aquela que, neste momento, se nos afigura capaz de uma ordenação dos estudos mais de acôrdo com a vida do nosso tempo. A nova organização universitária terá de deslocar o tradicional ponto de apoio da sua antiga congénere. Não poderá continuar a ser a amputação consciente e voluntária do que mais importa: espírito de iniciativa, invenção, acção social e política. A nova Universidade será uma escola de trabalho e terá como únicos meios de selecção aqueles que ponham à prova, não o pêso dum saber morto, mas o espírito de iniciativa, de crítica, curiosidade e inquietação pelos problemas do espírito. Ter um curso universitário é estar apto a servir os outros naquilo que as suas capacidades melhor exprimam a utilidade dessa acção. Enfim, a universidade não será um método eficaz para distinguir classes, como até hoje

sempre foi. A sua missão não é distinguí-las e opô-las, mas destruí-las por um esforço de cooperação e acção compreensiva para uma vida melhor. Pela luta só se conseguirá a luta e nada mais. A acção universitária terá de inserir-se na vida nacional para um esforço de solidarização do homem com o homem e das pátrias com as pátrias. Ao nosso estudante de hoje, martirizado pelo entrecostar da Universidade velha com a vida nova, compete o primeiro impulso para a criação do novo organismo ao serviço da nova comunidade. Nas escolas primárias já há muito se ensaiam novos métodos de ensino, dando aos pequenos alunos autonomia e independência. Ao estudante universitário nada disso se permite; e, no entanto, sem isso não mais será lícito esperar que os construtores da futura comunidade sejam consciências fortes e disciplinadas por um trabalho de reflexão sobre a vida que só êles vivem e só êles podem orientar. Dizer que do estudante português nada disso se pode esperar, por incapacidade étnica ou indisciplina mental, é fazer uma afirmação falsa e tendenciosa. Do estudante português pode esperar-se tudo,

quando dele se pretender coisa diferente do que até hoje dêle se tem requerido. E para isso, antes de tudo, teremos de lhe fazer crêr na missão social a que será brevemente chamado e na responsabilidade da sua acção num mundo de consciências livres e criadoras.





Visado pela Comissão de Censura